



**ALVARÁ DE LICENÇA**  
**PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS**

**N.º 37/2017/ CCDRN**

Proc. DPCA\_239/2016

OGR\_120/2016

Nos termos do artigo 33.º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho que altera e republica o Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de setembro, é emitido o presente Alvará de Licença à empresa **RECIPEL – Reciclagem de Papel, Lda.**, com sede na Rua da Nave, n.º405 – Apartado 337, 4500-497 Espinho, detentora do NIF 502 698 730, para as operações de tratamento de resíduos do ponto I do artigo 23º da atual redação do Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de setembro.

Operação(ões) de gestão de resíduos:

- Valorização de resíduos não perigosos que não seja efectuada pelo produtor dos resíduos, com exceção da valorização energética e da valorização orgânica [alínea g) do n.º I do art.º 32º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho] – CAE 38321 (Valorização de resíduos metálicos) e CAE 38322 (Valorização de resíduos não metálicos), de acordo com o Anexo I do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

O presente alvará de licença é válido de 5 de maio de 2017 a 5 de maio de 2022 ficando a realização da operação de gestão de resíduos sujeita ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

Porto, 5 de maio de 2017

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)

(O presente Alvará de Licença só pode ser reproduzido no seu todo ( 8 páginas))

## Especificações anexas ao Alvará N.º 37/2017/ CCDRN

### I. Identificação da Instalação:

Rua 3, n.º524, Zona Industrial do Casalinho			
Código Postal	4535-909	Lourosa	Santa Maria da Feira
Telefone:	227452405	Fax:	227452777
Endereço eletrónico:	recipel.carlos@gmail.com		
Georreferenciação	40° 58' 42.41" N	8° 23' 18.79" W	
Técnico Responsável	Carlos Fernando Neves Couto		

### 2.Descrição da Atividade

2.1 Esta licença é válida para a tratamento de resíduos não perigosos destinados às operações de valorização de resíduos R12 – Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de RI a R11 e R13 - Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de RI a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), de acordo com anexo I do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

2.2 A instalação integra um armazém com uma área de 2500 m<sup>2</sup>, destinada à operação de gestão de resíduos. O espaço destinado à gestão de resíduos comporta uma zona de receção e triagem de resíduos, zonas de armazenagem de resíduos não perigosos e uma unidade de trituração e enfardamento. A operação de gestão de resíduos tem lugar no interior do armazém.

2.3 Aquando da entrega dos resíduos ao operador será efetuada uma verificação das cargas, através de inspeção visual. Seguidamente os materiais são alvo de triagem para remoção de materiais, sendo os resíduos posteriormente armazenados por tipologia. Os resíduos de papel, cartão e plástico são sujeitos a prensagem e enfardamento.

2.4 Os principais equipamentos afetos à atividade são: prensa contínua, balança e empilhador.

2.5 Esta licença somente é válida para os seguintes resíduos, classificados com os códigos LER (Lista Europeia de Resíduos):

<b>Código LER</b>	<b>Descrição dos resíduos</b>	<b>Operação</b>	<b>Quantidade máxima anual (t/ano)</b>
040109	Resíduos da confeção e acabamentos	R13	15
040221	Resíduos de fibras têxteis não processadas	R13	15
040222	Resíduos de fibras têxteis processadas	R13	15
150101	Embalagens de papel e cartão	R12	6000
150102	Embalagens de plástico	R12	750
150103	Embalagens de madeira	R13	50
150104	Embalagens de metal	R13	20
150105	Embalagens compósitas	R13	20
150106	Misturas de embalagens	R13	10
150107	Embalagens de vidro	R13	10
150109	Embalagens têxteis	R13	30
150203	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 150202	R13	10
160103	Pneus usados	R13	20
160117	Metais ferrosos	R13	20
160118	Metais não ferrosos	R13	20
160119	Plástico	R12	50
160120	Vidro	R13	20
191201	Papel e cartão	R12	3000
191202	Metais ferrosos	R13	50
191203	Metais não ferrosos	R13	50
191204	Plástico e borracha	R12	100
200101	Papel e cartão <sup>a)</sup>	R12	6000
200102	Vidro <sup>a)</sup>	R13	10
200110	Roupas <sup>a)</sup>	R13	15
200111	Resíduos Têxteis <sup>a)</sup>	R13	10
200139	Plásticos <sup>a)</sup>	R12	750
200140	Metais <sup>a)</sup>	R13	100

<sup>a)</sup>Proveniente apenas de grandes produtores com uma produção diária igual ou superior a 1100l.



nos termos da Decisão 2014/955/EU, sendo a quantidade máxima anual de resíduos geridos de 16650 toneladas para a operação R12 de 510 toneladas para a operação R13. A capacidade máxima instantânea de armazenagem é de 140 toneladas.

### **3. Condições específicas de gestão de resíduos**

3.1 O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos de embalagem, de acordo com os princípios e as normas aplicáveis definidos no Decreto-lei n.º 366-A/97 de 20 de dezembro alterado pelo Decreto-lei n.º 92/2006, de 25 de maio.

3.2 Relativamente aos pneus usados originados no estabelecimento, deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-lei n.º 111/2001 de 6 de abril e Decreto-lei n.º 43/2004 de 2 de março.

3.3 Os pneus usados não podem ser armazenados misturados com outros resíduos ou materiais e devem cumprir os seguintes requisitos de armazenagem:

- a) A instalação deve ser protegida de ações adversas externas de modo a impedir a dispersão dos pneus armazenados e a nidificação de insetos e roedores.
- b) O armazenamento deverá ser efetuado em filas, ou seja, dividido em ruas possibilitando isolar áreas que originaram incidentes ou acidentes.
- c) As pilhas de pneus usados devem ter no máximo 6 metros de altura, 76 metros de comprimento e 15 metros de largura; devem ser dispostas de modo a evitar possíveis danos às pessoas alocadas à instalação.
- d) As pilhas de pneus deverão estar arrumados de forma a permitir a circulação entre si e em relação às paredes da instalação, bem como permitir o acesso de equipamento e veículos de emergência.



3.4 Deverá dar cumprimento à Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de receção de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos, assim como às medidas previstas na mesma. Na sequência do preceituado no n.º 2 do artigo 5º da Lei n.º 54/2012 de 6 de setembro, a comunicação prévia deverá ser remetida para o seguinte endereço de e-mail: lei54metais@rnsi.mai.gov.pt

#### **4. Condições gerais**

4.1 O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos sem pôr em perigo a saúde humana e o ambiente, e a respeitar os princípios estabelecidos no Título I, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que lhe sejam aplicáveis.

4.2 O titular desta licença compromete-se a implementar as normas técnicas aplicáveis à gestão dos resíduos objeto desta licença, nomeadamente, as previstas nos art.º 20º a 22º-A, do Anexo II, Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

4.3 O titular desta licença é ainda responsável pelo cumprimento de toda a legislação aplicável à presente atividade de gestão de resíduos, nomeadamente, em matéria de ambiente e de higiene, saúde e segurança no trabalho, sem prejuízo do cumprimento de todas as condições que venham a ser impostas, em qualquer momento, pela CCDR-N ou por outras entidades no âmbito das suas competências.

4.4 A instalação deverá contemplar medidas de prevenção dos riscos de incêndio e de explosão, em conformidade com normas em vigor para proteção de incêndio e de explosão, bem como medidas de segurança, autoproteção de um plano de emergência interno relativo à prevenção de riscos, sistemas de alarme, de evacuação e de emergência.

4.5 O titular desta licença deverá assegurar que atividade da empresa cumpre o estipulado no artigo 13.º do Decreto-lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro – Regulamento Geral do Ruído e deverá evidenciá-lo através de um relatório de ensaio de ruído. Este ensaio deverá ser realizado por laboratórios de ensaio



acreditados pelo organismo nacional de acreditação, IPAC – Instituto Português de Acreditação, I.P., de acordo com o artigo 34.º do mesmo diploma.

4.6 O transporte de resíduos em território nacional deverá ser efetuado de acordo com as disposições da Portaria n.º 145/2017 de 26 de abril.

4.7 Na situação de importação e/ou encaminhamento dos resíduos para instalações, devidamente legalizadas, no estrangeiro, deverá ser dado cumprimento ao Decreto-lei n.º 45/2008, de 11 de março, que assegura a execução e garante o cumprimento do estabelecido no Regulamento (CEE) n.º 1013/2006, do Conselho, de 14 de junho, relativo à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos no interior, à entrada e à saída da Comunidade.

4.8 O transporte de resíduos deve respeitar a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas por estrada, aprovado pelo Decreto-lei n.º 41-A/2017 de 29 de abril, alterado pelo Decreto-lei n.º 19-A/2014 de 7 de fevereiro e pela Declaração de Retificação n.º 18/2010 de 28 de junho.

4.9 O titular desta licença deverá estabelecer o registo de cargas de resíduos recusadas, incluindo a informação relativa ao motivo da recusa, origem e classificação dos resíduos, de acordo com a Decisão 2014/955/UE, número da respetiva guia de acompanhamento, identificação do transportador, bem como outras informações consideradas relevantes.

4.10 Deverão ser adotados procedimentos de receção de resíduos com a definição de critérios de admissibilidade de resíduos na instalação, designadamente em termos das suas características de perigosidade e condições de acondicionamento.

4.11 O titular desta Licença terá que efetuar o registo no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER) através do preenchimento de formulário disponível na plataforma eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), enquanto Autoridade Nacional dos Resíduos (ANR) e, por conseguinte, dar cumprimento à Portaria n.º 289/2015 de 17 de setembro. Anualmente, deverão ser preenchidos os mapas integrados de registo de resíduos, conforme o estipulado na referida portaria





e nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 49º-B do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

4.12 A operação de gestão de resíduos deverá ser sempre realizada sob a direção de um responsável técnico, o qual deve deter as habilitações profissionais para o efeito, de acordo com o artigo 20º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho. Deverá ser sempre comunicado a esta Comissão a alteração do técnico responsável pela operação de gestão de resíduos.

4.13 Os resíduos gerados na unidade industrial não poderão ser armazenados no local de produção, por um período superior a um ano, sem autorização para tal, de acordo com o artigo 32º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

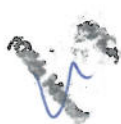
4.14 O abastecimento de água à unidade é garantido pela rede pública e o encaminhamento de águas residuais domésticas é efetuado para a rede pública de saneamento.

4.15 O titular desta licença não está autorizado a efetuar qualquer descarga de águas residuais para o domínio hídrico, pelo que não são autorizadas quaisquer descargas no solo ou em curso de água, sem estarem devidamente licenciadas nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 de Maio.

4.16 Deve existir em arquivo nas instalações um dossier com um processo devidamente organizado e atualizado referente ao licenciamento da operação de gestão de resíduos, devendo nele estarem incluídos todos os elementos relevantes. Sempre que solicitado pela Entidades com competências de fiscalização, o dossier em questão deverá ser disponibilizado.

4.17 O titular desta licença deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.

4.18 O objeto da licença fica sujeito à fiscalização e inspeção das autoridades competentes, obrigando-se o titular da licença a facultar o livre acesso aos agentes dessas autoridades e a fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções de inspeção e fiscalização.





4.19 Da inobservância de qualquer das condições impostas resulta a caducidade imediata desta licença, conforme o estipulado no n.º 3 e 4, do artigo 38º, bem como no n.º 1 e 2, do artigo 39º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

4.20 Os litígios que surjam relativamente a esta licença serão resolvidos pelos Tribunais Portugueses.

4.21 Em caso de ocorrência de qualquer situação suscetível de gerar efeitos adversos sobre a saúde humana e/ou ambiente, o operador deve notificar a CCDRN desse facto, tão rapidamente quanto possível e no prazo máximo de 24 horas após a ocorrência.

4.22 A paragem de laboração da instalação ou de partes desta deve ser efetuada de forma segura tanto para a saúde humana como para o ambiente em todas as suas componentes/descriptores, eliminando focos de potenciais emergências a estes níveis.

4.23 Em caso de cessação da atividade de operação de gestão de resíduos, deverá ser apresentado à CCDRN um pedido de renúncia instruído com a documentação necessária, de modo a evidenciar que a cessação da atividade não produzirá qualquer passivo ambiental, de acordo com o artigo 40º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)